A COMPATIBILIZAÇÃO DO PRINCÍPIO DA FUNÇÃO SOCIAL DA EMPRESA E A OBTENÇÃO DE LUCRO NA ATIVIDADE EMPRESÁRIA

THE COMPATIBILITY BETWEEN THE PRINCIPLE OF THE SOCIAL FUNCTION OF COMPANY AND THE PROFIT OF THE BUSINESS ACTIVITY

AMARÍLIO HERMES LEAL DE VASCONCELLOS¹

MARCELLA GOMES DE OLIVEIRA²

RESUMO

Trata-se de artigo com o intuito de analisar a possibilidade de compatibilização do exercício da atividade empresarial lucrativa, primeiro fim de qualquer empresa privada, com o seu papel e importância social. A análise é pautada pela Constituição Federal de 1988, especialmente no Título VII, qual seja “Da ordem econômica e financeira”, considerando ainda os fundamentos constitucionais estampados no artigo 3º. Dentre os fundamentos constitucionais do artigo 3º da Constituição Federal de 1988 destaca-se para a análise do presente artigo, a solidariedade. Remetendo portanto para uma postura ética da atividade empresarial em relação à sua atuação no mercado, representando assim uma maior responsabilidade social.

PALAVRAS CHAVE: empresa, lucro, função social, Constituição Federal.

ABSTRACT

This article is presented in order to analyze the feasibility and compatibility from exercising corporate activities, starting with the lucratively of any private company in order to identify its role and social importance. The analyses occurs under the observation of the Federal Constitution of 1988, specially the Title VII, which refers about the “Economic and Financial Order”, considering the constitutional basis of the article 3. Between the constitutional basis of the article 3 of the Federal Constitution of 1988 it brings to the analyses of the present article: the solidarity. There for, referring to an ethical position of the corporate activity in relation of its action in the market, it’s possible to identify of a bigger social responsibility.

KEYS WORDS: company, profit, social function, Federal Constitution.

1 INTRODUÇÃO

¹ Mestrando do Programa de Mestrado em Direito Empresarial e Cidadania pelo UNICURITIBA.

² Mestranda do Programa de Mestrado em Direito Empresarial e Cidadania pelo UNICURITIBA e membro do Grupo de Pesquisa “Direito Empresarial e Cidadania”, liderado pela Profª Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr, registrado no CNPQ.

A experiência atual remete para a vivência de dois mundos distintos. O mundo do ser estabelece uma cultura do consumismo, por vezes, sem qualquer responsabilidade com os efeitos colaterais. A falta de responsabilidade é flagrante uma vez que está diante de um mundo com uma capacidade esgotável de reservas e, somente o que se faz é criar novas necessidades. A lógica do mercado atual certamente não é uma lógica solidária.

O que é mais latente (ainda que muitos não percebam) é que ao consumismo é inerente uma postura individualista, de modo que nessa cultura estão imersas as empresas. Umás impulsionam e propagam essa cultura do consumismo e especialmente do individualismo, por exemplo, as grandes corporações, e outras simplesmente estão tão imersas que pretendem tão somente obtenção do lucro.

De outro lado, tem-se o mundo do dever ser, que propaga a solidariedade e, mais que isso, a atuação ética na vida civil. Alinhado a isso na ordem constitucional brasileira, logo no artigo 3º encontra-se privilegiada e elevada à status de fundamento constitucional a construção de uma sociedade justa, livre e solidária. Assim os princípios da boa-fé objetiva; da função social do contrato; da função social da propriedade e da função social da empresa estão alinhados aos fundamentos constitucionais estabelecido no dispositivo acima citado.

Certamente, o aprofundamento da primeira experiência inviabiliza a possibilidade de construção dessa nova realidade. Realidade essa que pode estar inserida no contexto capitalista que apregoa uma postura ética. Certamente o ponto comum dos princípios acima mencionados justamente determina essa postura a todos. A experiência do lucro não pode vir desassociada da responsabilidade. Certamente esse é o primeiro limite que pretende ser abordado no presente artigo.

De outro lado, não se pode estabelecer uma condição contrária radicalizada, pois a Constituição Federal estabelece como princípios da ordem econômica a erradicação da pobreza, a redução das desigualdades sociais e regionais e a busca pelo pleno emprego, fato que demonstra que esse deve ser o norte de cada atividade empresarial desenvolvida no país (dentre outros fundamentos).

Ocorre que não é dever da atividade empresarial promover cada uma dessas tarefas, pois considerando sua inserção na sociedade deve-se buscar no desenvolvimento da atividade a possibilidade de promoção desses princípios. O que se afirma é que os princípios são mais freios do que efetivamente deveres aos entes empresariais. Justamente esse limite é que se pretende analisar nesse artigo.

Discute-se (na verdade a discussão posta pelo texto constitucional) é a propositura de uma postura solidária em contraposição à uma postura eminentemente individual, sendo que historicamente o Direito sempre se pautou por estabelecer e garantir direitos individuais.

2 O MODELO ECONÔMICO CONSTITUCIONAL BRASILEIRO

Muito tem se debatido qual foi o modelo encartado pela Constituição da República Federativa do Brasil em 1988. Alguns entendem que o modelo seria do Estado Social enquanto outros, especialmente a partir das reformas da década de 90, entendem que seria o Estado neoliberal.

Os dois modelos, sendo que o modelo neoliberal é uma atualização do modelo liberal do século XVIII / XIX, disputam a melhor interpretação do sistema capitalista, ainda que ambos, ao que parece não tenham tido um bom desempenho.

Se o modelo liberal clássico se mostrou incapaz de atender a grande massa operária eis que estava a serviço da burguesia industrial; o modelo do Estado social, por vezes, restou à serviço de regimes totalitários em razão do esmagamento das classes operárias que viam nesse regime a sua salvação messiânica.

Seja como for, esse embate oxigenou os dois modelos, os quais agregaram a democracia como fundamento primeiro para a sua própria sobrevivência. Paulo Bonavides na sua obra esclarece:

Naturalmente, não se contentou a massa proletária apenas com o direito formal do voto, senão que fez dele o uso que seria lícito esperar e que mais lhe convinha: empregou-o, sem hesitação, em benefício dela mesma, ou seja, dos trabalhadores, mediante legislação de compromisso que veio amortecer o ímpeto da questão social. Com a reconciliação entre o capital e o trabalho, por via democrática, todos lucram. Lucra o trabalhador, que se vê suas reivindicações mais imediatas e prementes atendidas satisfatoriamente, numa fórmula de contenção de egoísmo e de avanço para formas moderadas do socialismo fundado sobre o consentimento. E lucram também os capitalistas, cuja sobrevivência fica afiançada no ato de sua humanização, embora despojados daqueles privilégios de exploração impune, que constituíam a índole sombria do capitalismo, nos primeiros tempos em que se implantou. (BONAVIDES, 2011, p. 189)

Ocorre que a democracia não pode ser considerada um fundamento de um ou outro modelo de forma exclusiva, a presença da democracia é viável e necessária seja no modelo neoliberal, seja no modelo social.

O princípio da livre iniciativa contemplado no artigo 170 da Constituição Federal de 1988 bem como a emenda constitucional nº 5/1996, a qual abre o mercado para o capital estrangeiro, analisadas singularmente certamente indicariam para um modelo neoliberal. De outro lado, analisando o artigo 3º o qual reconhece como fundamento uma sociedade justa, livre e solidária e ainda o próprio artigo 170 que reconhece à propriedade a sua função social certamente indicaria para um modelo social. O que parece mais prudente é não analisar a Constituição Federal em tiras (na lição de Eros Grau), mas sim analisar o seu contexto.

Aqui devo salientar, contudo, inicialmente, que, assim como jamais se interpreta um texto normativo, mas sim o Direito, não interpretam textos normativos constitucionais, isoladamente, mas sim a Constituição, no seu todo. Não se interpreta a Constituição em tiras, aos pedaços. A interpretação de qualquer texto normativo da Constituição impõe ao intérprete, sempre, em qualquer circunstância, o caminhar pelo percurso que se projeta a partir desse texto até a Constituição. (GRAU, 2012, p. 161)

Nesse sentido, analisando a Constituição Federal na sua completude e não aos pedaços, impõe-se reconhecer que a mesma inclina-se para adotar o modelo que privilegia a promoção de uma sociedade solidária. Contudo, estão presentes os elementos que poderiam ser reconhecidos na Constituição, numa leitura mais açodada, como estritamente neoliberais (conforme mencionado acima). No mundo do dever-ser, certamente a presença dos artigos 1º, 3º e 170 na Constituição Federal, na leitura do todo, inviabilizam o reconhecimento do modelo neoliberal:

[...] A política neoliberal também nessa matéria implementada é incompatível com os fundamentos do Brasil, afirmados no art. 3º da Constituição de 1988, e com a norma veiculada pelo seu art. 170. A Constituição do Brasil, de 1988, define, como resultará demonstrado ao final desta minha exposição, um modelo econômico de bem-estar. Esse modelo, desenhado desde o disposto nos seus arts. 1º e 3º, até o quanto enunciado no seu art. 170, não pode ser ignorado pelo Poder Executivo, cuja vinculação pelas definições constitucionais de caráter conformador e impositivo é óbvia. (GRAU, 2012, p. 46)

O que se pode concluir é que o modelo constitucional é um modelo aberto, ou seja, fica a cargo do intérprete justamente qual o caminho que conforme a realidade social será

trilhado. Contudo, não se pode perder de vista e deve estar alinhado à sua característica primeira o modelo do bem estar social, fundamentado especialmente numa sociedade livre, justa e solidária. Arremata Eros Grau:

Concluindo – e até porque aquelas conclusões se integram nas afirmações que seguem, destas sendo pressupostos – temos que: - A Ordem Econômica na Constituição de 1988 define opção por um sistema, o sistema capitalista. – Há um modelo econômico definido na Ordem Econômica na Constituição de 1988, modelo aberto, porém, desenhado na afirmação como modelo bem-estar. – A Ordem Econômica na Constituição de 1988, sendo objeto de interpretação dinâmica, poderá ser adequada às mudanças da realidade social, prestando-se, ademais, a instrumentá-las. (GRAU, 2012, p. 345)

O que não se pode pretender é que os destinos da ordem econômicos fiquem ao alvedrio dos interesses políticos, na medida em que seja possível blindar a ordem econômica de interesses que não privilegiem uma sociedade solidária de estar diante de uma boa perspectiva desenvolvimentista. Certo é que a Constituição Federal de 1988 andou bem nesse sentido. Calixto Salomão Filho explica:

Se assim é, então, é preciso cogitar de princípios e valores que permitam controlar a esfera econômica sem depender necessariamente dos influxos da esfera política. Ora, isso só pode ser feito caso a esfera econômica se torne capaz, por si só, de identificar seus problemas e mudar seus destinos. Isso, por sua vez, só pode ser obtido em presença de um princípio de democracia econômica onde todos conhecem suas preferências e tem igual “direto de voto” no campo econômico. Isto é tudo o que a regulação da atividade econômica deve buscar. [...] A conclusão é, portanto, que o conhecimento da melhor escolha econômica da sociedade é o valor fundamental para o processo de desenvolvimento. A teoria da escolha social tem de ser revivida, portanto, mas sob um enfoque absolutamente novo. Trata-se de propugnar por um absoluto relativismo dos resultados econômicos e levar adiante uma tentativa de descoberta dos valores próprios da sociedade que possibilitem seu conhecimento e transformação. Passa-se, então, de um determinismo econômico para um relativismo jurídico baseado em valores de democracia econômica. (FILHO, 2012, p. 19-20)

Assim, o que se tem é a prerrogativa da Constituição Federal de 1988 para privilegiar o bem-estar, sendo que qualquer atividade, especialmente a econômica, deve ter um primeiro olhar para esse fundamento, independentemente dos interesses políticos e, com esse olhar que serão abordados os tópicos seguintes.

3 A ORDEM ECONÔMICA CONSTITUCIONAL

Sem prejuízo de outros dispositivos constitucionais, a ordem econômica constitucional pode ser determinada pela leitura dos artigos abaixo transcritos da Carta de 1988, quais sejam:

Art. 1º A república federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos estados e municípios e do distrito federal, constitui-se em estado democrático de direito e tem como fundamentos: I - a soberania; II - a cidadania; III - a dignidade da pessoa humana; IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; V - o pluralismo político. parágrafo único. todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta constituição.

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da república federativa do Brasil: I - construir uma sociedade livre, justa e solidária; II - garantir o desenvolvimento nacional; III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: I - soberania nacional; II - propriedade privada; III - função social da propriedade; IV - livre concorrência; V - defesa do consumidor; VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação; VII - redução das desigualdades regionais e sociais; VIII - busca do pleno emprego; IX - tratamento favorecido para as empresas brasileiras de capital nacional de pequeno porte. X - tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no país § único. É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei.

Fato é que no Título VII denominado “Da Ordem Econômica e Financeira” verificam-se outros dispositivos. Contudo os artigos 1º e 3º, combinados ao artigo 170 da Carta Constitucional determinam a alma da ordem econômica constitucional. Eduardo Teixeira Farah bem esclarece o tema:

Observa-se que o legislador, ao enumerar estes princípios de forma aleatória, estabeleceu a necessária complementariedade entre eles, uma vez que nenhuma “ordem” pode ser considerada como um fato, mas apenas como uma construção normativa. Ademais, estes princípios políticos constitucionais conformadores do referido art. 170 devem assegurar a efetividade das normas reitoras estabelecidas no art. 1º, da mesma Carta Política. Estes princípios que regulam a ordem econômica devem estar em harmonia com as diretrizes estabelecidas nos artigos 1º e 3º da própria Constituição Federal brasileira, principalmente em face da dignidade da pessoa humana e da solidariedade social. (FARAH, 2002, p. 675)

Logo, os princípios elencados no artigo 170 da Carta de 1988 devem sempre atentar-se e coadunar-se com o princípio da dignidade da pessoa humana e da solidariedade social, essa

é, aparentemente, a contradição da ordem econômica constitucional na medida em que é determinado como fundamento da ordem econômica constitucional a livre iniciativa no caput do artigo 170 da Carta de 1988 e posteriormente nos incisos II e IV; sobre a propriedade privada e a livre concorrência, poder-se-ia estabelecer um confronto direto com os princípios estabelecidos nos artigos 1º e 3º, bem como nos demais incisos do artigo 170, por exemplo, determina a redução das desigualdades regionais e sociais – inciso VII.

Contudo, não é essa a correta interpretação da ordem econômica constitucional, utilizando a expressão de Eros Grau, a Constituição não pode ser interpretada em tiras, sendo que deve ser analisado todo o seu conteúdo a fim de que possa promover a interpretação mais adequada.

Ao verificar tão somente cada um dos princípios em separado, certamente o operador do direito, em rápida análise, determinará uma interpretação totalmente equivocada. O contraponto da propriedade privada, certamente o maior fundamento da ordem econômica capitalista, encontra-se no inciso subsequente do artigo 170 que estabelece para a mesma propriedade a sua função social. Na mesma esteira, a livre iniciativa encontra o seu freio ético justamente no fundamento constitucional mencionado no artigo 3º que preconiza a construção de uma sociedade justa, livre e solidária.

Não se está aqui a determinar que não deve ser levado em conta os princípios que privilegiam a função puramente econômica das empresas, cumpre sempre salientar que o objetivo das empresas é o lucro e o seu aumento. Contudo, repito expressão acima, os freios éticos são justamente aqueles, dentre outros, determinados pelos próprios fundamentos constitucionais.

Valendo-se novamente da lição de Eduardo Teixeira Farah quanto à completude de cada um dos princípios estabelecidos na ordem econômica constitucional:

Desta plêiade de princípios e regras infere-se que a disciplina da empresa deve estar pautada pela valorização do trabalho humano no desenvolvimento da livre iniciativa, todavia a diretriz da solidariedade social obriga, ainda, a subordinar o ambiente econômico à ordem constitucional. Outrossim, toda e qualquer interpretação da ordem econômica constitucional em relação à disciplina da empresa implica reconhecer a prevalência dos valores assegurados na própria Constituição, entre os quais o da solidariedade social. Eis por que a empresa deve observar a diretriz da solidariedade social não apenas em relação às normas conexas às suas atividades, mas pautar suas ações num contexto maior em coordenação com todos os valores insculpidos na Constituição. (FARAH, 2002, p.677)

Assim, evidente que a empresa é uma das molas propulsoras do capitalismo e certamente o objetivo social de cada ente empresarial é o lucro, contudo, não se pode perder de vista que a obtenção do lucro não deva observar a solidariedade mencionada anteriormente. A atividade empresarial deve ter esse viés do lucro, sendo devidamente orientada ou direcionada à perspectiva da solidariedade social. Nesse sentido a excelente Judith Martins Costa esclarece com maior propriedade:

A expressão “sociedade solidária” tem, no entanto, amplíssima vagueza semântica e precisa ser, nos mais variados campos da vida social, devidamente densificada. Antes de mais, a palavra “solidariedade” traduz categoria social que exprime uma forma de conduta correspondente às exigências de convivência de toda e qualquer comunidade que se queira como tal, implicando a superação de uma visão meramente individualista do papel de cada um dos seus singulares membros e assim configurando elemento de coesão da estrutura social. Essa categoria social (e igualmente ética e política) é apreendida pelo Direito na Constituição, indicando, em linhas gerais, a exigência de evitar, ou ao menos reduzir, a conflitualidade social mediante a superação de uma visão estreitamente egoística do Direito. Torna-se, pois, exigência ético-jurídica de tipo político, cujo o papel é o desenvolver “uma função de endereço político acerca do funcionamento do próprio ordenamento jurídico”. (MARTINS-COSTA, 2002, p. 620-621)

A Constituição Federal, é bom que se diga, consagrou a economia de mercado, não é a toa que estabeleceu, por exemplo, a livre concorrência. Esse fato é inescapável e deve ser sempre lembrado, contudo não quer dizer que a chamada economia de mercado não possa voltar-se ao fim comum de estabelecer uma sociedade solidária. Mais uma vez a doutrina de Judith Martins Costa:

Há, portanto, uma relação íntima entre o mercado e solidariedade social. Esta é norma conformadora daquele, tanto quanto a valorização da iniciativa privada e do trabalho, dissolvendo-se, nesta perspectiva, a antinomia entre a valorização do trabalho e a livre iniciativa, pois ambas se devem conjugar em atenção ao fim comum que as polariza, qual seja a construção de uma sociedade solidária. (MARTINS-COSTA, 2002, p. 620)

O texto, com bastante propriedade, aponta a solidariedade social como norma conformadora, é justamente nesse sentido que todas as demais devem ser interpretadas. No mesmo sentido Eros Grau:

De mais a mais, assim como a liberdade contratual não é adversa ao modo de produção socialista, tal qual já anteriormente observei, também não o é a livre iniciativa, como aqui concebida. A liberdade, amplamente considerada – insisto

neste ponto -, liberdade real, material, é um atributo inalienável do homem, desde que se o conceba inserido no todo social e não exclusivamente em sua individualidade (o homem social, associado aos homens, e não ao inimigo do homem). (GRAU, 2012, p. 205)

Assim, a primeira tarefa mais árdua seja compatibilizar dentro do próprio texto constitucional princípios inseridos no Título VII da Constituição Federal de 1988, qual seja, “DA ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA”. Isto porque, num primeiro momento, alguns deles podem parecer inconciliáveis, quando, em verdade, esses devem proporcionar desenvolvimento com sustentabilidade.

4 A EMPRESA: FUNÇÃO SOCIAL X LUCRO

O texto de forma sucinta estabelece um confronto claro entre a postura individualista vigente verificada pela cultura do consumismo e a ordem constitucional vigente, especialmente quanto à ordem econômica, que apregoa a solidariedade.

O confronto é muito mais latente quando é contraposto o lucro (na sua exacerbação) e o desperdício de recursos (entendido em todas as suas variáveis – recursos naturais; recursos humanos; recursos tecnológicos). É claro que o desperdício de recursos prejudica toda a coletividade, o que denota a ausência manifesta de solidariedade. Hans Jonas esclarece com clareza o cenário atual:

A irracionalidade de uma economia dominada pela busca do lucro, o socialismo pode contrapor a promessa de maior racionalidade na administração da herança baconiana. O planejamento centralizado de acordo com as necessidades coletivas, bem como os disparates de uma produção de mercado que visa a seduzir o consumidor. O planejamento seria capaz de garantir o bem-estar material, além de economizar os recursos naturais. Como o desperdício é um dos sofrimentos que nos acometem hoje, a economia e a ordem sociais sem interesses lucrativos parecem ser mais vantajosas nesse aspecto. Contudo, segundo a experiência prática até agora, essa vantagem, tão sedutora do ponto de vista lógico, é compensada pelos bem conhecidos defeitos de uma burocracia centralizada – a condução equivocada dos superiores, associada ao servilismo e ao sicofantismo dos inferiores. [...] No que se refere ao fornecimento de bens, o capitalismo se mostrou até hoje o mais capaz, embora ao custo de um desperdício que está se tornando inaceitável. Permanece em suspenso a questão sobre se, em longo prazo, o desperdício capitalista, do ponto de vista de uma avaliação de custos. Para fazer justiça ao capitalismo, é preciso reconhecer que nesse aspecto há tanto pontos a favor quanto contrários. Se, de um lado, ele promove o desperdício na ponta do consumo, ao excitar as necessidades, de outro lado o interesse em diminuir os custos lhe fornece um motivo interno para economizar na fonte, interesse que se torna coercitivo pela concorrência. (JONAS, 2006, p. 242)

Cenário devidamente apresentado resta saber, com o intuito de esclarecer o título do presente artigo, é possível compatibilizar o lucro com o princípio da função social da empresa?

Preliminarmente, importante determinar à empresa o seu posicionamento no universo jurídico conforme esclarecido por Sergio Seleme:

Tende-se, francamente, ao posicionar-se a empresa no universo jurídico, a privilegiar – no âmbito da regulação jurídica da Economia – o aspecto dinâmico representado pela empresa, em substituição ao traço estático que representou a propriedade, em consonância com a ideia de desmaterialização da riqueza. Ou seja, tende-se a identificar a empresa como uma atividade, vinculada à organização de uma série de fatores de conteúdo econômico para a prossecução de determinados fins (dentre eles, obviamente, o de gerar lucro). (SELEME, 1998, p. 269)

Ainda, acerca do elemento lucro na empresa:

Na organização empresarial, é necessário que apareça sempre alguma vantagem em forma de lucro. Pois, caso contrário, a empresa será abandonada pelo capitalista, via de regra muito exigente. O fim lucrativo pode ser um caráter normal da atividade econômica empreendedora, porém não pode ser considerado condição para a existência da empresa. (FERNANDEZ, 2008, p. 79)

Os textos enfatizam que a empresa está inserida no contexto de uma economia de mercado. A concorrência e o lucro fazem parte da atividade empresária e esse é o cenário posto. Contudo, a irracionalidade, nas palavras de Hans Jonas, encaminha para o lucro desmedido e sem preocupação com as consequências. Não é essa atividade empresária apregoada pela ordem econômica constitucional.

A liberdade, por vezes enaltecida pelo modelo neoliberal, sem restrições pode encaminhar para o lucro irresponsável, aquele sem qualquer apego ao outro, esse certamente, deve ser refutado.

A atividade empresária privada exige responsabilidade através de uma atuação ética, ou seja, a busca do lucro é dever da empresa. Importante esclarecer que o bom funcionamento de uma empresa (o que é oxigenada pela obtenção dos lucros produzidos pela mesma) também é um ente de relevância social para uma determinada comunidade na medida em que gera empregos, recolhe tributos, etc.

Contudo, conforme foi visto acima, essa atuação não é suficiente. O desenvolvimento da atividade empresária privada requer mais na ótica constitucional. Exercer a função social estabelece o respeito no desenvolvimento da sua atividade ao meio ambiente local. Não se pode pretender que uma empresa que utiliza recursos naturais, seja em qualquer escala, promova o desrespeito ao meio ambiente em que está inserida.

Ainda, cabe a empresa valorizar o trabalho. Significa dizer que o respeito às normas trabalhistas é o que normalmente se espera de qualquer atividade empresarial, contudo a ordem constitucional exige mais na medida em que se busca o lucro, não se pode determinar essa busca às custas de um ambiente sadio de trabalho para os colaboradores da empresa. Ainda, espera-se de uma empresa solidária a repartição proporcional dos lucros, aliás conforme estabelece o artigo 7º, XI da Carta de 1988.

Não se espera, de outro lado, uma atuação direta (ainda que nada impeça que seja realizada) na redução nas desigualdades sociais e regionais. Contudo, não pode ser desenvolvida qualquer atividade empresária privada lucrativa às custas da violação do referido princípio.

Conforme posto acima, a obtenção do lucro deve ser racional, eis que a irracionalidade determinará, em última análise, a redução do poder aquisitivo das pessoas, eis que com baixa remuneração é evidentemente que o mercado consumidor também ficará reduzido.

O meio ambiente desequilibrado determinará o desaparecimento dos recursos naturais, o que prejudicará a produção.

Significa dizer que uma atividade empresária responsável e ética também representará a própria sobrevivência dessa atividade a médio e longo prazo. Importante salientar que a Constituição Federal estabelece princípios, contudo cabe também ao próprio mercado, visando a sua sobrevivência a sua implementação nos termos postos acima.

O que não se pode admitir é a cultura de maximizar os lucros e socializar as perdas, os efeitos negativos da atividade. Nesse sentido:

A simples dissociação entre propriedade, lucro e responsabilidades pelos impactos da atividade empresarial não pode ser aceita pelos stakeholders (trabalhadores, consumidores, ambientalistas, investidores, concorrentes e organismos internacionais) como forma de maximizar os lucros e socializar as perdas. O poder do setor empresarial reforça as exigências decorrentes da função social e da assunção de responsabilidades, e justifica tratar-se da propriedade acionária como

uma propriedade-poder que deve ser exercida em benefício de toda a coletividade. (DE BORTOLI, 2008, p. 187)

Estabelecer a solidariedade como princípio fundamental certamente é promover uma sociedade respaldada na ética, não uma ética individualista, mas sim uma ética solidária. A função social da empresa diz respeito ao desempenho correto da atividade empresária e, também diz respeito ao desempenho da sua atividade olhando para tudo o mais onde está inserida essa empresa. Logo, não se pode estabelecer uma atividade lucrativa havendo o recolhimento de todos os tributos e gerando empregos com salários dignos, se ao mesmo tempo e de outro lado é verificado um claro prejuízo ao meio ambiente, ao ambiente de trabalho e aos consumidores com implementação de cláusulas e práticas abusivas.

Na doutrina de Pietro Perlingeri:

[...] de outro lado, que a praxe constitucional esgote a sua função no alargamento das fronteiras da vida do mercado, com uma mudança decisiva em direção às instâncias do `constitucionalismo econômico` e de um pragmatismo distante dos princípios e dos valores centrais do ordenamento vigente, fazendo assim coincidir as razões de mercado com as razões do interesse público, a eficiência com a justiça. (PERLINGERI, 2008, p. 510-511)

Estabelecer a função social da empresa é reconhecer na solidariedade e na dignidade da pessoa humana princípios norteadores e primeiros da atividade empresária.

5 CONCLUSÃO

Conclui-se dos fundamentos acima explanados que a Constituição Federal apresenta o modelo aberto, contudo alinhado com o bem estar social, fundamentada numa sociedade livre, justa e solidária.

Ainda, a ordem econômica estabelecida na Constituição Federal contempla fundamentos que privilegiam o mercado tais como a livre iniciativa e a livre concorrência, mas especialmente esses fundamentos devem ter sempre um olhar voltado para a solidariedade e a sua importância social.

Finalmente, não se pode perder de vista que a empresa é criada para gerar lucros/dividendos para os seus sócios e/ou acionistas. Contudo a atividade empresária deve

encontrar na sua função social a sua importância enquanto ente gerador de riquezas junto à sociedade. Diante da sua importância social, deve-se reconhecer a necessidade de geração de lucros, mas exercendo a sua atividade de maneira responsável, ética e solidária.

Essa atuação responsável, ética e solidária é representada no relacionamento com o meio onde está inserida. Logo, o correto tratamento com o Estado (no recolhimento dos tributos e cumprimento das normas); com os trabalhadores e/ou colaboradores (atendendo a legislação trabalhista; distribuindo proporcionalmente os lucros e determinando um bom ambiente de trabalho); com os consumidores e fornecedores (estabelecendo práticas leais e éticas nos termos do princípio da boa-fé objetiva) e junto ao meio ambiente (determinando práticas que não lesem o meio ambiente).

Não se pretende demonizar a atividade empresária, reconhecendo no lucro um pecado mortal, porque efetivamente não o é. O que se pretende é temperar a obtenção do lucro com o viés social que é exigido. Como dito acima, estabelecer o homem como amigo do homem e não como o seu inimigo.

REFERÊNCIAS

BARROSO, Luís Roberto. **A Constitucionalização do Direito e o Direito Civil in Direito Civil Contemporâneo: Novos problemas da legalidade constitucional: anais do Congresso Internacional de Direito Civil-Constitucional da cidade do Rio de Janeiro / Gustavo Tepedino Organizador**, São Paulo: Editora Atlas, 2008.

BONAVIDES, Paulo. **Do Estado Liberal do Estado Social**. 10. ed. São Paulo : Editora Malheiros, 2011.

DE BORTOLI, Andrea. **A função social da empresa e suas implicações na governança corporativa e na gestão de stakeholders**. In Revista de Direito Empresarial nº 9, janeiro/junho 2008, Editora Juruá, 2008.

DE CICCIO, Maria Cristina. **A pessoa e o mercado in Direito Civil Contemporâneo: Novos problemas da legalidade constitucional: anais do Congresso Internacional de Direito Civil-Constitucional da cidade do Rio de Janeiro / Gustavo Tepedino Organizador**, São Paulo: Editora Atlas, 2008.

FARAH, Eduardo Teixeira. **A disciplina da empresa e o princípio da solidariedade social in A reconstrução do Direito Privado: reflexo dos princípios, diretrizes e direitos fundamentais constitucionais no direito privado.** São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

FILHO, Calixto Salomão. **Regulação, Desenvolvimento e Meio Ambiente.** In Regulação e desenvolvimento – novos temas. 1ª Ed. São Paulo : Malheiros, 2012.

FERNANDEZ, João Alberto da Costa Ganzo et RUSSI, Alexandre. **A caracterização da atividade empresarial no Direito brasileiro.** In Revista de Direito Empresarial nº 10, julho/dezembro 2008, Editora Juruá, 2008.

GRAU, Eros. **A ordem econômica na Constituição de 1988.** 15ª Ed. São Paulo: Malheiros, 2012.

LÔBO, Paulo. **Direito Civil - Contratos.** 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

JONAS, Hans. **O princípio responsabilidade: Ensaio de ética para a civilização tecnológica.** Rio de Janeiro: Ed. PUC Rio, 2006.

LOYOLA, Luiza Maria Thomazoni. **A função social e a gestão empresarial no modelo econômico neoliberal.** Curitiba, 2008.

MARTINS-COSTA, Judith. **Os avatares do abuso do direito e o rumo indicado pela boa-fé in Direito Civil Contemporâneo: Novos problemas da legalidade constitucional: anais do Congresso Internacional de Direito Civil-Constitucional da cidade do Rio de Janeiro / Gustavo Tepedino Organizador,** São Paulo: Editora Atlas, 2008.

_____. Judith. **Mercado e solidariedade social entre cosmos e taxis: A boa-fé nas relações de consumo.** In A reconstrução do Direito Privado: reflexo dos princípios, diretrizes e direitos fundamentais constitucionais no direito privado. São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2002.

MARQUES, Cláudia Lima. **Manual de Direito do Consumidor.** 4. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012.

MEIRELLES, Jussara. **O ser e o ter na codificação civil brasileira: do sujeito virtual à cláusula patrimonial.** In Repensando fundamentos do Direito Civil Brasileiro contemporâneo / Luiz Edson Fachin (coordenação), Rio de Janeiro: Renovar, 1998.

MERLE, Jean-Cristophe. **A Racionalidade do Real: estudos sobre a filosofia hegeliana do direito** / Organização de Amaro Fleck e Diogo Ramos – Florianópolis: NEFIPO, 2011.

PERLINGERI, Pietro. **Perfis do direito civil**. Tradução de Maria Cristina de Cicco, 3 ed., Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

_____. Pietro. **O direito civil da legalidade constitucional**: Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

SANTOS, Eduardo Sens dos. **O novo Código Civil e as cláusulas gerais – exame da função social do contrato**. In Revista de Direito Privado nº 12, outubro/dezembro de 2002, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.